

Amanda Cecília Santos de Macedo Emilly Micaelly Rodrigues da Silva



O presente relato visa compartilhar e proporcionar reflexões a partir da nossa experiência de Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, ofertada pelo curso de Pedagogia.

O Estágio ocorreu nos meses de outubro e novembro do ano de 2022, no turno vespertino de uma Escola da rede Municipal de Educação Infantil localizada na zona urbana da cidade de Parnamirim/RN. Criada em 1982, inicialmente a escola atendia aos públicos do Ensino Fundamental I e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no entanto, por exigência da promotoria e pela demanda da comunidade, em 2019, a escola passou a atender apenas ao público da educação infantil (Nível - III; NÍVEL - IV; NÍVEL V, e NÍVEL – VI), nos turnos matutino e vespertino. Além disso, a escola conta com uma equipe de oito professoras, um apoio escolar, duas estagiárias, uma coordenadora pedagógica, uma gestora pedagógica e uma Gestora Administrativa.

A experiência de estágio nos permitiu ter um contato direto com o amplo trabalho desenvolvido pela coordenadora pedagógica na instituição escolar, possibilitando, assim, a realização de observações, reflexões e diálogos durante todo o processo de estágio. Após nossas observações iniciais, algumas atividades foram realizadas em conjunto com a coordenação, como a confecção de atividades para as professoras; o planejamento e a participação de uma reunião com os pais; o acompanhamento do planejamento das professoras; o acolhimento da chegada das crianças na escola e a organização tanto da semana das crianças, quanto da exposição dos trabalhos realizados no final

do ano letivo.

Nessa perspectiva, dentre as diversas questões que surgiram ao longo da nossa experiência, a que mais nos inquietou teve início em um dos nossos acompanhamentos do planejamento semanal de algumas professoras da escola, quando, a partir dos seus relatos, foi possível perceber que a maior dificuldade apresentada por elas era a de desenvolver um trabalho inclusivo e significativo com crianças que apresentassem o Transtorno de Espectro Autista (TEA).

A escola possuía, no período da tarde, 118 alunos matriculados, sendo aproximadamente 20 alunos por turma. Dentre eles, três crianças apresentavam o TEA, enquanto outras quatro crianças não tinham diagnóstico ou laudo e estavam em observação. Infelizmente, de todas elas apenas uma possuía o auxílio do apoio escolar. Dessa forma, somada à falta de assistência, estava a falta de formação adequada para trabalhar com crianças que apresentassem essa condição e, como resultado disso, presenciamos professoras desanimadas e frustradas. Elas não se sentiam preparadas para desenvolverem um trabalho inclusivo com seus alunos, tendo em vista que apenas a formação inicial que possuíam não era suficiente. Sobre essa inquietação, Garrido (2009, p.09) afirma:

Mudar práticas significa reconhecer limites e deficiências no próprio trabalho. Significa lançar olhares questionadores e de estranhamento para práticas que nos são tão familiares que parecem verdadeiras, evidentes ou impossíveis de serem modificadas. Significa alterar valores e hábitos que caracterizam de tal modo nossas ações e atitudes que constituem parte importante de nossa identidade pessoal e profissional (GARRIDO, 2009, p.09).

Assim, nos diálogos com as docentes, vimos que elas demonstraram grande interesse em participar de uma formação na escola voltada para a inclusão dos alunos com autismo, tendo em vista que era uma necessidade apresentada e algo decisivo para as aprendizagens das crianças. Desse modo, o olhar sensível e crítico das professoras quanto à problemática anunciada e a vontade de transformarem o processo de ensino-aprendizagem foram etapas significativas conquistadas por elas, apesar de não existir previsão ou perspectiva de haver essa formação específica na escola. Ainda sobre a conscientização por parte das professoras a respeito da experiência escolar e das suas práticas, Paulo Freire (1997, p. 19) apresenta que:

Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática (FREIRE, 1997, p. 19).

Desse modo, de acordo com Garrido (2009), o professor-coordenador pode proporcionar que os professores realizem o exercício de reflexão sobre as próprias práticas e sobre a realidade escolar, além disso, ele pode fornecer alternativas capazes de romper as barreiras que interferem na oferta de aprendizagens inclusivas e significativas para os educandos. A partir disso, pensamos em como a Coordenadora Pedagógica poderia contribuir para mudar essa realidade. Foi assim que refletimos sobre a importância da formação continuada ofertada por essa profissional, pois, além das

inúmeras funções que executava diariamente na instituição, a Coordenadora também poderia atuar como uma agente formadora, de modo a atender a demanda trazida pelas professoras. No entanto, evidenciamos que as exigências diárias do cotidiano escolar impossibilitava que a Coordenação realizasse esse exercício com as docentes, o que nos motivou a pensar em estratégias que poderíamos, como estagiárias de Gestão e Coordenação pedagógica, contribuir para amenizar a angústia das professoras.

Nesse sentido, a partir da demanda e das dúvidas acerca do TEA, no nosso Projeto de Colaboração, buscamos uma forma de auxiliar as professoras para que pudessem propor um ensino que atendesse as especificidades das crianças com autismo, além de poderem, diante do projeto, esclarecer os questionamentos surgidos a partir de suas experiências. Inicialmente, a proposta seria uma formação continuada sobre o tema com o uso de palestras, porém após as orientações necessárias, nossa atribuição se tornou uma roda de conversa formal sobre o tema, em que permitiu que as educadoras pudessem adquirir novos saberes sobre o TEA, compartilhar com as colegas suas experiências pessoais e exercitar a reflexão sobre suas ações. Esse exercício de diálogo foi inspirado em uma prática que existe na escola de aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Núcleo de Educação da Infância (NEI). O projeto foi extremamente significativo para nós, para o corpo docente e para a coordenação, que aprovou a experiência, pretendendo seguir com debates referentes a outros temas.

Assim, tanto o Estágio Supervisionado

quanto a nossa participação no II Encontro de Estágios de Formação Docente permitiram que desenvolvêssemos um olhar crítico sobre o funcionamento da escola e compreendêssemos a importância do amplo trabalho desenvolvido pela Coordenadora Pedagógica dentro da instituição, e das suas contribuições como Agente Formadora. Somado a isso, identificamos os grandes obstáculos que interferem diretamente no trabalho desenvolvido pelo professor. Dentre eles estão: ausência de formação continuada; ausência do apoio escolar para atuar diretamente com crianças que apresentem algum tipo de condição; falta de laudo médico; carência de políticas públicas e de assistência para atender esse grupo com o intuito de fazer com que as ações inclusivas e as aprendizagens ultrapassem os muros da escola.

Ainda, evidenciamos que é fundamental que o professor proporcione experiências pedagógicas significativas para as crianças, respeitando suas especificidades, para que elas sejam protagonistas no processo de ensino-aprendizagem. Tal mediação, segundo Mori (2016) é decisiva para o pleno desenvolvimento, a aprendizagem e a imposição do lugar social da criança. Portanto, o educador deve estar, a todo momento, realizando o exercício de reflexão sobre as suas práticas, verificando se elas atendem as necessidades dos alunos. Caso não estejam, a formação continuada é imprescindível, como afirma Poker (2003):

A formação de professores para a educação inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa perspectiva, ou

seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade. O professor necessita estar preparado para selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas de modo a atender, adequadamente, a todos os alunos (POKER, 2003, p.41).

Portanto, é fundamental que os professores e a Coordenação escolar compreendam que apenas a formação inicial do profissional docente não é suficiente, havendo a necessidade de constantes estudos e formações, visando a atualização de práticas, pois cada sala de aula é uma nova realidade que exige novos saberes. Dessa maneira, cabe ao Coordenador o reconhecimento dessas dificuldades apresentadas e a organização de medidas capazes de combater as problemáticas. Para isso, ele deve trabalhar coletivamente com os seus pares, de modo a tornar possível contribuir para solucionar as demandas dos professores e proporcionar aos alunos aprendizagens significativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

MORI, N. N. R. **Psicologia e educação inclusiva**: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos. Acta Scientiarum. Education, v. 38, n. 1, p. 51-59, 1 jan. 2016.

GARRIDO, Elsa. O Coordenador Pedagógico e Formação Docente: Espaço de Formação Continuada Para o Professor-Coordenador. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

POKER, R. B. **Pedagogia inclusiva:** nova perspectiva na formação de professores. Educação em Revista, Marília, n.4, p.41, 2003.